

# O CONCEITO DE OBJETIVIDADE EM MAX WEBER E O MÉTODO NAS CIÊNCIAS DA SOCIEDADE



*Maria Elisabete Santos*

O campo epistemológico constituído a partir dos trabalhos de Max Weber, conquanto proponha um estatuto alternativo para as ciências da sociedade, rompe apenas em parte com os procedimentos teóricos e metodológicos predominantes nas ciências da natureza, secularmente consolidados pela tradição positivista da ciência. A concepção weberiana de ciência da sociedade apóia-se na natureza *subjetiva* da ação humana estabelecendo como necessária a constituição de um saber intersubjetivo, descritivo e compreensivo (em contraposição ao saber explicativo e nomotético). Weber reporta a relação entre  *fatos e valores* a etapas específicas da produção do conhecimento científico (particularmente à seleção do objeto de estudo e à definição do tipo de causalidade) – o que faz com que sua noção de objetividade nas ciências da sociedade não seja substancialmente diversa daquela predominante nas ciências da natureza e contra a qual se debate. Dessa maneira, apesar de romper com a concepção de saber como representação do real e com as noções de *causalidade* e *determinação* predominantes na prática científica no começo deste século, Weber mantém intacta uma concepção de ciência que coloca em campos opostos *paixão* e *racionalidade*, sendo esta última caracterizada, sobretudo, por procedimentos lógicos e formais.

Assim, tendo como referência a complexa relação entre razão e paixão, em particular entre fato e valor,

nos textos metodológicos de Weber, analisaremos alguns elementos da atual *crise* de paradigma nas ciências, em especial as formulações de Boaventura dos Santos, quais sejam: neste final de século deixa de fazer sentido a clássica distinção entre ciências da sociedade e da natureza; delinea-se, neste final de século, uma síntese entre as referidas ciências, sendo seu pólo catalisador as ciências sociais; tal síntese tem como fundamento a recusa de dualidades que estruturaram o pensamento moderno, particularmente aquela que coloca em campos distintos razão e paixão, assim como todas as formas de positivismo (lógico ou empírico) e de mecanicismo (materialista ou idealista) (Sousa Santos, 1987:10).

Tal discussão terá como contraponto o significado para as ciências sociais das conquistas e avanços nas ciências da natureza neste final de século, avanços que têm revolucionado os fundamentos da concepção de razão até então consolidada nas ciências modernas. Nesse sentido, cabe citar alguns desenvolvimentos na neurobiologia, particularmente António R. Damásio, em *O erro de Descartes*, que questiona a rígida separação entre a substância extensa e a pensante; na física e na química, em especial Ilya Prigogine, em *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*, que questiona a noção de causalidade enquanto determinação, como também as conseqüências teóricas e epistemológicas advindas da biotec-

nologia, que dilui a fronteira entre o artificial e o natural, entre sociedade e natureza.

Lançar um olhar sobre Weber a partir de tais referências possibilita explicitar tanto a superação como também a atualidade do seu pensamento. Talvez se caminhe, neste final de século, no sentido da superação da dualidade razão e paixão, tão cara à epistemologia weberiana e à ciência moderna. Sua atualidade manifesta-se, todavia, quando constatamos que a pós-modernidade tende a radicalizar seu 'princípio fundamental', a saber, todo conhecimento é historicamente circunscrito e parcial. Nos dias de hoje, tal consideração, assim como a crítica às noções de causalidade e determinação, dirige-se não apenas às ciências da sociedade mas também às da natureza – o que, inclusive, coloca em questão os limites existentes entre ciências situadas em campos ontologicamente opostos.

## 1. CIÊNCIA, SOCIEDADE E OBJETIVIDADE EM MAX WEBER

Talcott Parsons lembra, com propriedade, que uma obra, a despeito da sua universalidade e transcendência, só pode ser plenamente compreendida quando referida ao seu tempo. Não deixa de ser esclarecedor reportar-se a Weber, sobretudo a seus trabalhos de cunho metodológico, tendo como referência o debate vigente na transição para este século. Se-

gundo Parsons, as contribuições de Weber se constituíram em “*momentos decisivos de uma profunda transformação intelectual e cultural, da qual, ainda hoje [década de 70 do século XX], é difícil tirar todas as conseqüências*” (Parsons, 1971:11). Os trabalhos de Weber, “A ‘objetividade’ do conhecimento nas ciências sociais”, datado de 1904, e “O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas”, de 1917, são lídimas expressões do debate em torno dos pressupostos epistemológicos das ciências histórico-sociais, sua especificidade e a validade de seus resultados. Predominava, então, um clima de oposição ao positivismo e à filosofia ou saber dedutivo, considerado como generalizante e destituído de concretude histórica<sup>1</sup>. Havia, ademais, um intenso debate em torno de proposições de fundamentação marxista sobre a sociedade, em especial sobre as noções de determinação e causalidade nas ciências da sociedade<sup>2</sup>.

O caráter problemático da epistemologia weberiana resulta, em primeiro lugar, das conseqüências de seu conceito de razão como uma propriedade subjetiva do sujeito cognoscente e, logo, da recusa de uma teoria “objetiva” da razão; e, em segundo lugar, da forma como tenta articular razão e paixão no processo de produção de conhecimento. A exemplo de Gabriel Cohn, talvez se possa afirmar que “*com efeito todo o arcabouço metodológico weberiano está construído sobre uma seqüência de dualidades, articulada em torno de uma que é dominante: racional/não-racional*” (Cohn, 1979:6). Nesse sentido, pode-se questionar *qual o “lugar”, o significado dos valores na epistemologia weberiana*. Em “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”<sup>3</sup>, particularmente em sua introdução (item I), Weber utiliza a noção de “valor” como equivalente a “axioma”, “fé” e “cosmovisão”, expressões sempre associadas a “pontos de vista” de caráter pessoal, gestados a partir da vivência e do intrincado jogo de interesses e desejos humanos. Em “O sentido da neutralidade axiológica nas ciências so-

ciais e econômicas” e em “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura” encontramos uma definição sua mais literal do conceito de valor, sendo este então qualificado seja como “juízo de valor” (ou avaliação) seja como “juízo de fato” (reportando-se à empiria). Em “O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas”, Weber define os “juízos de valor” como “*avaliações práticas sobre a desejabilidade ou indesejabilidade tendo em vista determinados pontos de vista éticos, culturais ou de qualquer outro tipo*” e os “juízos de fato” como derivados da análise empírica, da realidade social e dos fatos (Weber, 1992b:369 e passim/1992a:passim).

Os juízos de valor são o *a priori* do conhecimento nas ciências da sociedade. Destarte, afirma Weber, “*não existe qualquer análise científica puramente ‘objetiva’ da vida cultural, ou – o que pode significar algo mais limitado, mas seguramente não essencialmente algo diverso, para nossos propósitos – dos ‘fenômenos sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente,*

*selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa*” (Weber, 1979:87). Essa consideração, extraída das primeiras páginas de “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”, afirma o ‘princípio geral’ segundo o qual a análise científica da sociedade é constituída de perspectivas ‘parciais’ e ‘especiais’, ‘pontos de vista’ que selecionam os aspectos dotados de relevância e dignos de se constituírem em objetos de estudo. Desta maneira, os valores e a subjetividade do cientista subjazem no processo de conhecimento – o que confere uma dimensão histórica e cultural a todo conhecimento produzido na esfera das ciências da sociedade. Tal posição é amiúde reafirmada ao longo do texto. Em outra passagem, reafirma Weber: “*todo o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente particulares*” e isto decorre, precisamente, da premissa transcendental de sermos homens de cultura “*dotados de capacidade e de vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos sentido*” (Weber, 1979:97)<sup>4</sup>.

Tal princípio geral, que perpassa e estrutura “A objetividade do co-

<sup>1</sup> A noção de “positivismo” aqui empregada refere-se à concepção filosófica que compreende o conhecimento como “representação” da realidade, sendo esta dotada de exterioridade em relação ao sujeito do conhecimento (Sousa Santos, 1989:52).

<sup>2</sup> Cabe destacar que a exegese dos textos metodológicos de Weber encerra algumas dificuldades. A maior delas refere-se ao modo incompleto ou dúbio como Weber aborda o tema. O texto em que Weber se propõe a abordar de forma mais direta a problemática da objetividade (“A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”) carece dos desdobramentos necessários, de modo a elucidar efetivamente o tema tratado, o que nos obriga a recorrer a outros textos, também de cunho metodológico, a fim de esclarecermos suas formulações. Por outro lado, a recorrência a textos como “Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura”, “O sentido da ‘neutralidade axiológica’ nas ciências sociais”, “A ciência como vocação” e “Roscher e Knies e os problemas lógicos de economia política histórica” nem sempre é suficiente para dirimir dúvidas e esclarecer posições, uma vez que aí se encontram afirmações que possibilitam distintas (quando não contraditórias) interpretações. Em todo caso, o esclarecimento das afirmações relativas à objetividade contidas em “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais” depende do confronto com os demais textos, ou seja, o entendimento da noção de objetividade supõe uma discussão dos textos metodológicos, pois apenas nesse âmbito torna-se possível precisá-la e situá-la na epistemologia weberiana. Porém, a despeito das dificuldades próprias da exegese de um texto, os problemas relativos à interpretação da epistemologia weberiana decorrem mesmo da complexa relação entre razão e paixão, de quão instigante e tensa é a relação entre objetividade e subjetividade, assim no começo do presente século como nos dias de hoje.

<sup>3</sup> Preferimos nos referir, quanto a “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”, à edição da Ática, de 1979, reconhecida e indicada pela qualidade da tradução. Excepcionalmente, porém, recorreremos à edição da Editora da UNICAMP e da Cortez, de 1992, pois apenas esta última contém a introdução (item I) do texto, de fundamental importância para seu entendimento.

<sup>4</sup> Em verdade, tal “princípio geral”, apesar de especificamente referido às ciências da sociedade, confunde-se muitas vezes com a genérica afirmação do caráter histórico de todo e qualquer conhecimento, inclusive daquele produzido pelas ciências da natureza.

nhecimento nas ciências sociais”, delimita um campo teórico distinto, por exemplo, do consolidado pelos que defendem a inexistência de pressupostos teóricos e a primazia do objeto no processo de conhecimento, portanto que concebem o conhecimento como *representação* do real. Ao afirmar tal peculiaridade do saber produzido pelas ciências da sociedade, Weber trava um debate contra o método dedutivo, contra a naturalização da sociedade, que resulta das noções de determinação e causalidade vigentes nas ciências da natureza na análise dos fenômenos sociais.

Uma característica da tese da especificidade das ciências da sociedade seria a impossibilidade de deduzir a realidade social de um sistema de proposições gerais. Para Weber, a especificidade do objeto das ciências da sociedade demanda uma atitude ‘compreensiva’ no seu processo de conhecimento, “*tarefa especificamente diferente das que poderiam, ou quereriam, resolver as fórmulas do conhecimento exato da natureza*” (Weber, 1976:90). Weber afasta-se, assim, da noção de causalidade vigente nas ciências da natureza, uma vez que nas ciências da sociedade quanto mais genérica uma lei mais distante estará da realidade social e, por conseguinte, mais destituída de conteúdo. Portanto o conhecimento da lei não fornece por si o conhecimento do objeto específico das ciências da sociedade, ou seja, a *significação e peculiaridades individuais*. No campo das ciências da sociedade, a noção de “*imputação causal*” (ou de “*possibilidade objetiva*”) conduz-nos a um saber *positivo* das regras do acontecer e a um saber “*nomológico*” (Saint-Pierre, 1991:89). O tipo ideal seria, então, uma tentativa de apreender os indivíduos históricos em sua peculiaridade, um instrumento heurístico, enfim, através do qual determinados traços da realidade são “*exagerados*” e, logo, concebidos em sua expressão mais pura.

A noção de valor é, pois, fundamental na definição da peculiaridade do método nas ciências sociais, uma vez que este não só conforma o

olhar do pesquisador como também constitui ou está contido em seu objeto de estudo. Destarte, a peculiaridade do método nas ciências da sociedade poderia ser definida nos seguintes termos: primeiro, é a “*significação*” de um fenômeno cultural o verdadeiro objeto da ciência; segundo, o “*ponto de vista*” do pesquisador seleciona, no real, os aspectos relevantes a serem estudados; e terceiro, não é a dedução a melhor via de conhecimento da vida social, porquanto o significado e as peculiaridades históricas só podem ser devidamente apreendidos através de procedimentos metodológicos capazes de revelar sua significação e individualidade.

Em sendo a análise científica da sociedade uma atividade “*culturalmente*” definida e seu objeto um “*fenômeno*” cultural e historicamente significativo, como é possível constituir um conhecimento “*cientificamente objetivo*” que seja igualmente válido para todos aqueles que se interessam pela “*verdade*”? Em outros termos, *como é possível, tendo por pressuposto a noção de “valor”, gestar-se um conhecimento, do ponto de vista da ciência, confiável?* A resposta a essa questão não é de todo clara nos textos de Weber, que permitem, ao menos, duas interpretações: a primeira sugere que os valores perpassam todo o processo de produção de conhecimento nas ciências da sociedade. Eles orientariam a seleção e a conformação do objeto de estudo, além dos procedimentos metodológicos – neste caso específico, a validade do saber produzido seria fruto da adesão a valores dotados de universalidade, gestados em especial no âmbito da comunidade científica ou por “*aqueles que se interessam pela verdade*”. A segunda interpretação indica ser possível a presença de valores no processo de conhecimento, mas apenas orientando a seleção do objeto e, em alguma medida, os procedimentos metodológicos, porém, seriam as operações lógicas e os dados empíricos as referências decisivas à validação do saber produzido. Des-

ta maneira, a objetividade do conhecimento nas ciências da sociedade resulta da recorrência a princípios lógicos e formais e a uma racionalidade constituída a partir da superação e da negação dos valores. Um conhecimento ‘objetivamente válido’ seria, então, o resultado da identificação e da posterior eliminação do discurso científico dos ‘juízos de valor’, que, no processo de conhecimento, dariam primazia aos ‘juízos de fato’.

Certas passagens nos textos metodológicos de Weber possibilitam essa última interpretação. Em nota a “*A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*”, ao definir a linha programática e as tarefas do “*Arquivo para a ciência social e política social*”, Weber afirma que o *Arquivo* estará aberto à diversidade de pontos de vista, mas será absolutamente exigente quanto à “*formação de conceitos precisos*” e “*na rigorosa separação entre o ‘saber empírico’ e os ‘juízos de valor’*” (Weber, 1992a:107). Tal formulação, introdutória, seria apenas o anúncio de um “*princípio geral*” a ser considerado a partir da peculiaridade do saber nas ciências sociais? Não parece ser exatamente o caso, uma vez que, ao longo da introdução, Weber coloca como um imperativo para os trabalhos a serem divulgados pelo *Arquivo* a separação entre o “*pesquisador*” e o “*homem*”, sendo de fundamental importância distinguir *em que momento cessa a fala do pesquisador e começa a fala do homem que está sujeito a intenções e vontades, em que momento os argumentos se dirigem ao intelecto e em que se dirigem ao sentimento. A permanente confusão entre a elucidação científica dos fatos e a reflexão valorativa é uma das características mais difundidas em nossas disciplinas, e também uma das mais prejudiciais*” (Weber, 1992a:115).

Ainda em “*A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*”, ao referir-se ao conteúdo subjetivo das premissas do conhecimento científico-cultural, Weber afirma: “*mas apesar disso, continua (o conhecimento científico-cultural) a ser um conhecimento puramente causal, no mesmo sentido que o conhecimento de eventos naturais sig-*

nificativos e individuais dotados de caráter qualitativo” (Weber, 1979:98). Estaria Weber, nessa passagem, estabelecendo uma identidade entre o conhecimento produzido pelas ciências da sociedade e da natureza, particularmente entre aqueles igualmente significativos e qualitativos e referindo-os a um sistema de valor ‘universal’? Estas citações favorecem a tese de que, para Weber, os “juízos de valor” são uma inevitável presença no processo de conhecimento, embora caiba à ciência, através de seus procedimentos lógicos, superá-los e, assim, constituir um conhecimento digno de credibilidade.

Segundo alguns intérpretes como Eugène Fleischmann, Weber não define a validade do método recorrendo ao argumento da atemporalidade ou universalidade de determinados valores. Para Fleischmann, Weber recusa a idéia de um sistema atemporal de valores (defendido por Rickert) ou mesmo a idéia de valores dotados de “universalidade” – o que o aproximaria de formulações kantianas e, sobretudo, das nietzscheanas acerca da dimensão “demasiado humana” do valor<sup>5</sup>. Tal interpretação parece particularmente pertinente diante do texto sobre “O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas”, quando enfaticamente Weber afirma: “devemos combater ao máximo a opinião amplamente disseminada de que se atinge a ‘objetividade’ científica pelo confronto entre as diversas avaliações e por um compromisso ‘diplomático’ entre elas. O ‘meio termo’ não só é tão indemonstrável cientificamente – com os recursos das ciências empíricas – quanto as avaliações mais extremadas (...)” (Weber, 1992b:368). E adiante: “no que diz respeito aos valores, na realidade, sempre e em toda a parte, definitivamente, não se trata de alternativas, mas de uma luta de vida e de morte irreconciliável entre Deus e o Demônio. E entre estes não é possível uma relativização e transições nenhuma” (Weber, 1992: 374). Os conflitos decorrentes do ‘querer’ estariam, pois, além ou aquém da ciência, não havendo procedimento científico (racional ou empírico) ca-

paz de conferir um caráter ‘objetivo’ a tal ou qual valor. Tal formulação coaduna-se perfeitamente com a consideração, formulada em “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”, segundo a qual a validade do conhecimento deveria, então, ser buscada no confronto *com a realidade* e não com ou entre valores e visões de mundo. Afinal, “a ciência social que nós pretendemos praticar é uma *ciência da realidade*” (Weber, 1979:88).

Reportando então à questão inicialmente formulada, qual seria o significado do valor na epistemologia weberiana? Em primeiro lugar, cabe salientar: o princípio geral que afirma a dimensão apriorística do valor no processo de conhecimento refere-se, sobretudo, ao papel dos valores na escolha do objeto de estudo, na triagem do material empírico (que qualifica seus elementos como principais e secundários) e na definição do tipo de causalidade a ser estabelecido. Os valores possibilitariam, então, uma ‘avaliação preliminar’, um conhecimento ‘primeiro’, parcial dos fatos observados, cujas proposições não foram controladas e verificadas. O estatuto precário desses pressupostos axiológicos, que têm a marca do indivíduo e da história, faz com que Weber a eles se refira como uma *necessidade* (noção contra a qual Weber incessantemente se volta).

Assim, o princípio geral que afirma a importância dos valores na escolha do objeto de estudo constitui-se em uma *necessidade lógica* da epistemologia weberiana – necessidade que decorre da sua concepção da história, da inexistência de uma ordem prévia na realidade social que possa “oferecer-se” ao sujeito do conhecimento. A *infinitude do real, a impossibilidade de esgotá-lo, a inexistência prévia de uma*

*ordem* demandam do sujeito do conhecimento um conhecimento primeiro, a ser depurado e cientificamente constituído. Isto significa que não há uma racionalidade imanente à história, que não existe, no real, uma “ordem” a ser desvelada, capaz de impor-se ao sujeito do conhecimento.

Desse modo, o conflito entre razão e paixão, próprio do olhar do sujeito, tem seu correlato na dualidade racional e irracional, referindo-se esta última à realidade. Pela impossibilidade de conhecer-se tudo e, em especial, por acreditar Weber que “*não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta*”, a recorrência aos valores passa a constituir-se em uma necessidade epistemológica, a ser devidamente “superada” e “corrigida” pelos procedimentos formais da ciência (Weber, 1979:94).

Segundo Gabriel Cohn, o objeto do conhecimento social, para Weber, *não se impõe* à análise, uma vez que se parte do pressuposto de não dispor a realidade social empírica de uma “ordem interna”, pré-estabelecida, de leis gerais, dispostas de *per si* ao pesquisador (Cohn, 1979:22). Caberia à capacidade racionalizadora do sujeito, à ciência a “ordenação racional” da realidade. A subjetividade do pesquisador, porto nada seguro, seria a única via capaz de nos fornecer um princípio de seleção e de, assim, possibilitar que transitemos para um conhecimento objetivo, conquanto li-

<sup>5</sup> Para Fleischmann, a afinidade do pensamento weberiano com a filosofia dos valores “*deriva da filosofia kantiana, com a diferença, contudo, que para Kant havia um só “valor”, a dignidade do homem livre – o único existente que é sempre ‘fim’, nunca ‘meio’ – e que por suas ações racionais cria normas para si mesmo, idéia retomada por Fichte e os filósofos românticos que fazem do ‘ego’ humano a fonte inesgotável dos valores e das normas. Os “valores” (no plural), enquanto normas preexistentes à ação humana, aparecem pela primeira vez na *Lógica de Lotze* (...) e, mais tarde, em seu sucessor, *Windelband. Um contemporâneo de Windelband, Nietzsche, retomou também o problema dos valores mas, longe de considerá-los como entidades normativas e preexistentes, insistiu no caráter relativo, arbitrário, e mesmo falso, desses valores – eram para ele apenas ‘ideologias’, que revelam sobretudo sua vontade de dominar as almas e corpos. Weber, que jamais teve ilusões sobre o caráter subjetivo, arbitrário, ‘demasiado humano’ dos valores, coloca-se visivelmente ao lado de Nietzsche*” (Fleischmann, 1977:144).*

mitado, da realidade<sup>6</sup>. Os valores possibilitam, portanto, recortar no real os aspectos ‘dignos’ de serem conhecidos; afinal de contas, nem todo aspecto é significativo para as ciências sociais<sup>7</sup>. Como afirma Héctor L. Saint-Pierre, Weber situa esse ‘conhecimento primeiro’ e o valor que o circunscreve no âmbito ‘pré-científico’ – o que demarca a diferença entre as ciências da natureza e da sociedade, uma vez que a primeira encontra-se voltada para generalidades abstratas e esta última para as peculiaridades individuais, a princípio circunscritas pela subjetividade do cientista.

Quais seriam, então, os elementos a conferir objetividade ao saber produzido pelas ciências da sociedade? A resposta a tal questão supõe uma referência primeira aos conceitos de “juízos de fato” e “juízos de valor”, entre o *ser* e o *dever ser*, que têm papel central na epistemologia weberiana. A distinção é tratada com clareza em seus trabalhos “O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas” e “A ciência como vocação”. A cientificidade advém da separação entre as “avaliações práticas, éticas ou filosóficas” e as “afirmações dedutíveis de maneira puramente lógica e empíricas” (Weber, 1992b:362). A confiabilidade de uma dada pesquisa, de uma teoria ou mesmo de uma prática de ensino resultaria, enfim, da capacidade de situar em campos e esferas distintos o próprio do ser e o próprio do dever ser<sup>8</sup>. À metodologia das ciências interessa, então, “que a validade de um imperativo prático enquanto norma, por um lado, e o valor da verdade de uma comprovação empírica dos fatos, por outro, se encontrem em planos totalmente heterogêneos da problemática e que, com referência a ambas, se lhes tire a dignidade específica quando tal não se vê claramente, e quando se pretende juntas as duas esferas” (Weber, 1992b:370). Esta distinção é elemento central na constituição da universalidade da ciência, uma vez que, cabe repetir, só é uma verdade aquilo que é válido para os que querem a verdade<sup>9</sup>.

Finalmente, uma declaração algo surpreendente, levando-se em conta o “princípio geral” afirmado por Weber nas primeiras páginas de “A objetividade de conhecimento nas ciências sociais”. Em “Knies e o problema da irracionalidade”, Weber declara que “o uso de determinadas ‘regras’ de ‘validação empírica’, tendo por fim o controle da ‘interpretação’ das ações humanas, apenas pode ser tido como diferente do procedimento nas ‘ciências naturais’, quando se aborda essa questão de modo assaz superficial” (Weber, 1992a: 82). É exatamente o processo de validação do conhecimento (por recurso a critérios formais, à experimentação, ao teste, aos dados históricos e empíricos) que lhe confere a universalidade necessária.

Assim, conquanto os procedimentos das ciências naturais e os das sociais conservem suas particularidades (em virtude do específico da “matéria” tratada), o que lhes confere validade não os distingue, situando-se na esfera dos fundamentos e princípios da ciência, sendo os “as-

pectos formais” de fundamental importância para conferir objetividade ao conhecimento. Weber afirma ser a investigação causal nas ciências da sociedade “uma imputação no mesmo sentido lógico que a interpretação causal de qualquer processo individual da natureza, pois a sua finalidade é a constatação de uma razão ‘suficiente’ (pelo menos, como hipótese), bem como o é também a finalidade da pesquisa de partes individuais dos complexos processos naturais” (Weber, 1992a:98). Como observa Saint-Pierre, não existem para Weber diferenças lógicas fundamentais entre as ciências da sociedade e as da natureza. Tal identidade seria constituída a partir de uma concepção de razão forjada a partir do seu oposto, a paixão (a ser permanentemente superada), identidade que se explicita enquanto um conjunto de princípios lógicos, formais e universais. Assim, conceitos como “juízo de valor”, “juízo de fato”, “ser” e “dever ser” são lídimas expressões do permanente embate entre razão e paixão na epistemologia weberiana.

<sup>6</sup> Como afirma Weber, “por certo que sem as idéias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção nem conhecimento sensato do real singular e, assim como sem a crença do pesquisador na significação de um conteúdo cultural qualquer resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade individual, também a orientação da sua convicção pessoal e a difração dos valores no espelho da sua alma conferem ao seu trabalho uma direção” (Weber, 1976:98).

<sup>7</sup> Diante de uma realidade infinita, caberia afirmar que apenas aspectos particulares do real “podem” ou “merecem” ser conhecidos, uma vez que “apenas uma parte finita da infinita diversidade dos fenômenos é significativa” (Weber, 1979:94). Para ele, “todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será essencial no sentido de ‘digno de ser conhecido’” (Weber, 1979:88). Os aspectos do real relevantes para o conhecimento das ciências sociais são a significação dos fenômenos culturais assim como a causa desta significação (aqui, Weber refere-se à causa da significação e não à causa do fenômeno portador do referido significado). O valor seria, então, o ‘ponto de partida’ do processo do conhecimento, o único possível, além de ser seu específico objeto.

<sup>8</sup> Ao admitir a plausibilidade de tais distinções, os argumentos de Weber são precisos particularmente ao levarem-se em conta as relações de autoridade que estruturavam o exercício acadêmico na universidade alemã e européia em fins do século passado e começo deste.

<sup>9</sup> Como afirma Pietro Rossi, em *Objetividade científica y presupuestos axiológicos*, para Weber, “la primera condición de la objetividad de las ciencias sociales reside en la exclusión de todo juicio de valor: en las ciencias sociales, como en las ciencias de la naturaleza, la comprobación de los hechos nunca permite deducir normas de comportamiento ni apreciaciones referidas a esas normas. La diferencia esencial que existe entre la ciencia y la función normativa de los juicios de valor está justificada por la tesis – y en este punto Weber retoma por su cuenta la distinción establecida por Windelband – de la imposibilidad de deducir un juicio de valor a partir de un juicio fáctico. La segunda condición de la objetividad de las ciencias sociales reside en la explicación causal: también estas disciplinas deben establecer de manera empírica las relaciones existentes entre los hechos y determinar las condiciones en las que se desarrollan los procesos” (Rossi, 1971:63).

## 2. Sobre o conceito weberiano de razão

Segundo Johannes Weiss, a distinção fundamental entre a epistemologia weberiana e a marxista residiria no fato de que, para Weber, não existe no real uma “ordem” a ser efetivamente conhecida, enquanto para o marxismo a historicidade do conhecimento produzido pela ciência social não impede o conhecimento daquilo que é “inerente”, “essencial” e que *ultimately* determina os eventos sociais. Assim, enquanto permeia o pensamento marxista (ao menos, em algumas das suas vertentes) uma noção de “progresso social objetivo” (que permite interpretar a adequada auto-reflexão da prática social tanto como conhecimento histórico como conhecimento das “essências”), para a epistemologia weberiana não existe no real uma lógica a ser revelada, sendo o conhecimento uma operação eminentemente lógica e subjetiva (Weiss, 1986:24).

Segundo Weber, cabe ao sujeito do conhecimento estabelecer uma ordem para o material empírico, por não haver na realidade princípio qualquer que a possa ordenar: “*o domínio do trabalho científico não tem por base as conexões ‘objetivas’ entre as ‘coisas’ mas as conexões conceituais entre os problemas*” (Weber, 1979:83). O conceito de racionalidade utilizado por Weber reporta-nos, então, ao indivíduo, ou melhor, à subjetividade individual como possibilidade de ordenação do real. Assim concebido, o conceito de “racionalização” parece equivalente ao de “intelectualização”, ou se afigura como capacidade técnica e operativa do homem. Segundo Alan Sica (ao estabelecer, em Weber, *irrationality, and social order*, um paralelo entre as noções de racionalidade, irracionalidade e a tipologia da ação social de Weber), a noção de racionalidade em Weber refere-se à “habilidade” individual de articular relações de causa e efeito objetivando alcançar determinado fim.

Tais formulações reportam-nos ao clássico debate entre uma concepção

de razão objetiva, que se apresenta como um princípio inerente à realidade e aquela que designa as leis do pensamento e da ação. Como afirma Granger, a idéia de que “*o devir histórico tenha em si mesmo um valor, que ele constitua a realização concreta dos ideais humanos, é uma opinião que formularam de diversas maneiras, filosofias às vezes muito opostas em outros aspectos*” (Granger, 1962:95). Tal idéia conduz-nos a Leibniz e à noção de que a razão domina todas as coisas de modo a ser possível deduzir do conceito todas as suas propriedades e história. A história seria “*a realização progressiva de um valor metafísico e a expressão de uma certa racionalidade*”, com a célebre fórmula hegeliana de que “*tudo o que é real é racional e tudo o que é racional é real*”, expressão máxima da identificação entre razão e história (Granger, 1962:96/97).

É exatamente contra tal concepção de razão objetiva, que apresenta a história como uma progressiva realização da razão, que Weber se volta. Nesse sentido, ele se aproxima de uma concepção subjetiva da razão, cuja expressão clássica podemos encontrar no racionalismo francês e alemão, particularmente em Descartes e Kant<sup>10</sup>. Qual, porém, o significado de uma razão concebida como “função formal” do pensamento, guiada pelas leis da lógica – os princípios de identidade, de contradição e do terceiro excluído? Em primeiro lugar, o real não mais pode ser considerado como racional de *per se*; em segundo, os conceitos passam a ser ‘invólucros formais’, uma vez que a realidade cede lugar à racionalidade humana. A associação feita por Weber entre valor e racionalidade, apesar de seu

enunciado dúbio e parcial, conduz a uma constatação de fundamental importância, a saber, a razão não independe do objeto que tematiza, ela é histórica sem ser contingente. Nesse sentido, como o faz Weber, não é possível conceber a história como teleologia; a razão modifica-se, amplia-se sem necessariamente condenar à miséria suas formas anteriores; por outro lado, a solução de um problema (no campo de ciências naturais como também sociais) será sempre, a um só tempo, racional e parcial, dependerá dos elementos de que se serve e dos instrumentos que manipula. Porém Weber aderiu tão decididamente a uma tendência subjetivista da razão que tornou quase impossível conceber qualquer outra forma de racionalidade que possibilitasse discernir entre fins (Horkheimer, 1969:18). As conseqüências de uma razão assim concebida não são remediadas tão-somente pela genérica declaração da “independência” do mundo em relação à consciência. Para Max Horkheimer, a assim chamada “crise” da razão resultaria, pois, do fato de ter perdido o pensamento a faculdade de conceber uma concepção de objetividade capaz de reportar-se ao real. Tal subjetivação redundaria então em uma formalização da razão, com conseqüências teóricas e práticas de vasto alcance<sup>11</sup>. Uma crítica a uma tal concepção de razão talvez só seja possível a partir de uma concepção mais integral e unitária do Ser social e natural, mediante a diluição da fronteira entre substâncias extensa e pensante, entre fato e valor – aspecto que examinaremos em seguida.

<sup>10</sup> Segundo tal concepção de razão, “*apenas o sujeito pode ter verdadeiramente razão: se dizemos que uma instituição qualquer ou qualquer outra realidade é racional, geralmente queremos dizer que os homens a organizaram de modo racional, que eles aplicaram a esta instituição ou realidade, de modo mais ou menos técnico, a sua capacidade lógica e de cálculo. Em última instância, a razão subjetiva se revela como a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado*” (Horkheimer, 1976:13).

<sup>11</sup> Como afirma Horkheimer, “*se a concepção subjetivista da razão é fundada e válida, então o pensar não serve para determinar se algum objetivo é, de per se, desejável. A aceitabilidade de ideais, os critérios para nossos atos e nossas convicções, os princípios condutores da ética e da política, todas as nossas decisões últimas, chegam a depender de outros fatores que não são a razão. Têm de ser assunto de eleição e de predileção, e perde o sentido falar de “verdade” quando se trata de decisões práticas, morais ou estéticas*” (Horkheimer, 1962:19).

### 3. Weber e a diluição da fronteira entre as ciências da sociedade e da natureza neste final de século

Caso nos reportemos à epistemologia weberiana com os olhos voltados para a atual crise de paradigmas, particularmente nas ciências naturais, constata-se que distinções a ela fundamentais (como as dicotomias entre razão e emoção, sujeito e objeto, natureza e sociedade) ganham novos contornos. Isto se aplica a um amplo universo de teorias e intervenções no campo das ciências da vida, das ciências cognitivas, à constituição de concepções e práticas sobre a natureza que redefinem os termos em que são colocadas aquelas oposições. Poder-se-ia afirmar que se vive um momento de desconstrução de polaridades, que pode ser exemplificado pela neurobiologia e pela biotecnologia, que redefine noções e pressupostos até então fundantes das ciências da sociedade e da natureza.

Segundo a tese de António R. Damásio, que se confronta com a neurologia tradicional baseada na dissociação entre mente e corpo, a incapacidade de sentir emoções, resultado da lesão cerebral nos córtices pré-frontais, seria a causa da impossibilidade de tomar decisões e de agir de forma pessoal e socialmente adequada. A ausência de emoções e sentimentos incapacitaria o indivíduo de atribuir diferentes 'valores' às diferentes opções, tornando a sua paisagem de tomada de decisões desesperadamente plana. Destarte, *"ao contrário da opinião científica tradicional, os sentimentos são tão cognitivos como qualquer outra percepção"* e poder-se-ia mesmo afirmar que, da mesma forma que o "excesso" de sentimentos e emoções pode provocar distúrbios, também sua "ausência" é incapacitadora, podendo *"comprometer a racionalidade que nos torna distintamente humanos e nos permite decidir em conformidade com um sentido de futuro pessoal, convenção social e princípio moral"* (Damásio, 1995:13/12). Nesse sentido, a perspectiva racionalista, à qual

Weber e a ciência ocidental conduzem (da mesma forma que o positivismo mais clássico), assemelha-se à forma como os doentes pré-frontais efetivamente tomam decisões. Nesse exato sentido, a crítica de Pietro Rossi à epistemologia weberiana parece-nos acertada, pois a recorrência à lógica formal não neutraliza os pressupostos epistemológicos; ao contrário, trata-se de reconhecer que os valores perpassam todo o processo de conhecimento e fixar as condições de "objetividade", referindo-as ao emprego efetivo de pressupostos axiológicos.

O princípio geral weberiano, que afirma a parcialidade do conhecimento nas ciências sociais, deveria, portanto, reportar-se, com igual ênfase, às ciências naturais, uma vez que todo conhecimento é conhecimento social e, nesse sentido, parcial e historicamente datado. Estender um tal princípio ao conjunto das ciências e, logo, à sua radicalização delimitaria outras referências para o conceito de objetividade nas ciências, pois este não mais estaria fundado no pressuposto da existência de um "núcleo" da racionalidade isento de valor. Destarte, o conceito de razão não mais se define a partir do seu oposto (o irracional), mas sim a partir de complexa relação entre substância extensa e pensante.

Como nos informa Boaventura de Souza Santos, tais formulações situam-nos no campo de crítica à concepção mecanicista da matéria, constituída a partir da contraposição aos conceitos de homem, cultura e sociedade. Tais formulações conduzem, pois, a buscas para além das tradicionais delimitações do Ser social e Ser natural, ou seja, a recompor unidades e diferenças em um território cujo traço mais marcante é a diluição de fronteira entre sociedade e natureza. Referimo-nos, neste caso específico, às conquistas da biotecnologia, ao fato de que a manipulação da vida neste final de século coloca-nos em uma situação em que processos biológicos transformam-se, de fato, em processos tecnológicos, não sendo mais pos-

sível distinguir, como até então se tinha feito, entre o tecnológico e o orgânico, entre o artificial ou social e o natural.

Tais desconstruções, explicitadas nos conceitos de razão e no objeto da ciência da natureza e da sociedade, certamente levam a superar a negação do caráter racional de formas de conhecimento que não se fundamentam na racionalidade científica (o que implica em repensar a relação entre conhecimento científico e senso comum); a repensar a separação entre natureza e homem, além da recorrência à observação e experimentação como fundamento do conhecimento; à matemática como instrumento privilegiado de análise, como elemento definidor da lógica da investigação e modelo de representação. Percorresse assim o caminho inversamente traçado por Weber, ou seja, repensar o conjunto das ciências a partir de parâmetros fornecidos pelas ciências da sociedade, aplicando e radicalizando um princípio que lhe é tão caro: a máxima transcendental de sermos homens de cultura e de que o nosso olhar, seja em relação à matéria ou à organização social, é pleno de historicidade e subjetividade. Caminha-se no sentido de uma dupla superação, qual seja: não mais é possível pensar a distinção entre ciências da sociedade e da natureza exclusivamente nos termos tradicionalmente estabelecidos por Weber; por outro lado, a crítica à "parcialidade" da formulação weberiana conduzir-nos-ia a uma crítica ainda mais radical da tradição positivista do conhecimento, em particular, da sua concepção de razão e racionalidade. Fundamentalmente, a busca de unidades e diferenças entre as ciências da sociedade e as da natureza supõe assim a constituição de um outro "território" de reflexão que efetivamente supere a dualidade entre razão e paixão.

O conceito de causalidade gestado no seio dessa crise de paradigma afasta-se e, simultaneamente, aproxima-se de Weber. Afasta-se na medida em que se busca uma outra "al-

ternativa" às concepções forjadas no seio do debate sobre o caráter finito ou infinito, racional ou irracional do real. E, não obstante, aproxima-se uma vez que se presencia a radicalização da crítica weberiana à noção de determinação. Afinal, nos dias de hoje, tal crítica reporta-se também à própria natureza, tradicionalmente tida como o reino da regularidade e das certezas. O "dilema do determinismo", o questionamento acerca da nossa relação com o mundo e com o tempo, o sentido da própria liberdade perpassam as ciências da natureza e da sociedade. Desta maneira, noções como a de *caos* invadem ciências até então consideradas como de domínio da certeza, quebrando assim a simetria entre passado e futuro, conhecimento e certeza, pois a incorporação da noção de *instabilidade* no reino da natureza confere um significado à noção de causa que em muito se aproxima da noção weberiana de probabilidade. Neste final de século, vive-se a possibilidade de pensar a natureza a partir de elementos e conceitos que Weber esforçou-se por caracterizar como própria ou exclusivamente sociais.

Como afirma Ilya Prigogine, a noção da "causa" nas ciências sociais, "doravante, exprime possibilidades", não mais certezas. Além do que, para Prigogine, "a questão do tempo e do determinismo não se limita às ciências, mas está no centro do pensamento ocidental desde a origem do que chamamos de racionalidade e que situamos na época pré-socrática. Como conceber a criatividade humana ou como pensar a ética num mundo determinista? Esta questão traduz uma tensão profunda no interior de nossa tradição, que se pretende, ao mesmo tempo, promotora de um saber objetivo e afirmação de um ideal humanista de responsabilidade e de liberdade" (Prigogine, 1996:12/14). As ciências que afirmam uma concepção determinista da natureza terminam por considerar o homem um "estrangeiro" e instituir um estranho dualismo "à aventura

das ciências; bem como à paixão de inteligibilidade própria do mundo ocidental". Para Prigogine, situamos hoje no cerne desta aventura, "no ponto de partida de uma nova racionalidade que não mais identifica ciência e certeza, probabilidade e ignorância" (Prigogine, 1996:14).

#### 4. Algumas conclusões e desafios...

A epistemologia delineada por Weber institui um campo de reflexão peculiar, um instigante ponto de partida para pensar a relação entre valor e ciência. Porém tal epistemologia rompe de forma parcial com a tradição positivista, uma vez que fundamenta a validade do saber produzido no campo das ciências sociais em princípios lógicos formais, em uma concepção de razão que se estrutura a partir de uma originária oposição entre razão e paixão. Desta maneira, a recorrente afirmação da peculiaridade do saber no campo das ciências da sociedade conduz Weber a um rompimento apenas parcial com os fundamentos e tradição iluminista. Tal parcialidade deve ser compreendida no contexto da oposição entre razão e paixão, dualidade que talvez apenas neste final de século as ciências da natureza tenham começado a superar.

Pode-se afirmar que ora talvez se estejam constituindo as condições teóricas para uma radicalização das formulações de Weber acerca da "parcialidade" do saber, estando esta, inclusive, referida tanto às ciências da sociedade como às da natureza. Afinal, a atual "crise" de paradigmas coloca como um dos seus principais desafios a superação das clássicas dualidades iluministas que estruturaram as ciências neste último século, a superação dos limites dos conceitos de razão tanto "objetiva" como também "subjetiva" e a constituição de teorias que se reportem à vida e a explicitem, na sua complexidade, como experiência, extensão e pensamento.

#### 5. Referências Bibliográficas

- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. Queros, 1979.
- (Org.) Weber, Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.
- DAMÁSIO, António R. *O Erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FLEISCHMANN, Eugène. Weber e Nietzsche. In: COHN, Gabriel (org.) *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GRANGER, Gilles-Gaston. *A razão*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Col. Bolso Labor. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Crítica de la razón instrumental*. Buenos Aires: Sur S.A., 1969.
- MOMMSEN, Wolfgang & OSTERHAMMEL, Jürgen. *Max Weber and his contemporaries*. London: German Historical Institute, 1986.
- PARSONS, Talcott. Evaluación y objetividad en el ámbito de las ciencias sociales: Una interpretación de los trabajos de Max Weber. In: PARSONS, Talcott. (org.) *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: UNESP, 1996.
- ROSSI, Pietro - Objetividad científica y presupuestos axiológicos. In: PARSONS, Talcott (et alii) *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.
- SAINT-PIERRE, Héctor L. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas: UNICAMP, 1991.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.
- SICA, Alan. *Weber, irrationality, and social order*. Berkeley - Los Angeles - London: University of California Press, 1988.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Parte 1. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *Metodologia das ciências sociais*. Parte 2. São Paulo: Cortez ? UNICAMP, 1992b.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- WEISS, Johannes. *Weber and the Marxist world*. London and New York: Routledge & Kegan Paul, 1986.